



Paridade nos conselhos e auditorias no HU são deliberações do I Congresso

O I Congresso Universitário da UFCG aprovou uma série de deliberações que se colocadas em prática mudarão a agenda política da universidade. Da paridade nos colegiados e conselhos, passando por inclusão dos aposentados, realização de auditorias nas últimas gestões do Hospital Universitário a aprovação da proposta de um novo estatuto só com uma estatuinte, o evento foi uma demonstração da disposição da comunidade universitária para debater a instituição.

Foram três dias de plenárias e debates participativos, onde os 120 delegados e observadores buscaram pensar a UFCG sem a visão pautada apenas interesses de seus segmentos, sempre tendo como objetivo uma universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada.

O Congresso foi surpreendente para muitos que apostavam no seu fracasso e na incapacidade dos segmentos discutirem uma agenda política comum. O evento demonstrou o contrário e afirmou seu

Foto: Fred Oliveira



Representantes das cinco das entidades organizadoras participaram da abertura.

potencial para transformar a agenda política da universidade.

Para implementar as propostas aprovadas, as cinco entidades organizadores do

Congresso criaram um Fórum, para traçar estratégias e ações buscando este objetivo. No final do encontro foi aprovada a Carta de Campina Grande. **Págs. 02 a 06.**

Pressão faz reitor recuar e reforma estatutária começará só em 2011



*A pressão das entidades contra o processo de reforma do Estatuto forçaram o reitor Thompson Mariz a recuar e transferir para 2011 o início da reforma. Ele também cedeu ao concordar em aguardar as deliberações do I Congresso Universitário sobre o tema para que representantes das entidade organizadoras integrem uma comissão que definirá as propostas de mudança **Pág. 06.***

Novo projeto de carreira docente do ANDES-SN e seus valores

Pág. 08.

Perseguição política contra docente de Cuité continua

Pág.12.

ADUFCG consegue mudar calendário de férias de 2011

Pág. 16.

UFCG “Passado, Presente e Futuro”

O I Congresso da UFCG, realizado no período de 18 a 20 de novembro, em Campina Grande, teve como eixo central o tema “Passado, Presente e Futuro”. Uma das suas principais características foi a paridade. Ela começou a ser exercitada na composição da Comissão Organizadora do evento que incluiu professores, funcionários e estudantes dos diversos campi da UFCG, indicados por todas entidades que patrocinaram a iniciativa: ADUFCG, ADUFCG-Patos, ADUC-Cajazeiras, SINTESPB e DCE. A quantidade de 120 delegados escolhidos foi uma determinação da Comissão Organizadora e cada campi teve sua quantidade definida seguindo também o critério da paridade, aplicado ao número total de cada segmento que possui.

A produção do regimento do Congresso também seguiu esta dinâmica, sendo que o documento foi rapidamente votado e aprovado na plenária de instalação do evento, já que a maioria dos seus itens já tinha sido debatido exaustivamente na comissão organizadora pela representação de todas as entidades.

O Congresso reuniu os diferentes segmentos universitários para discutir as condições de vida e trabalho na universidade que temos, bem como para deliberar sobre ações conjuntas para lutar pela universidade que almejamos. Foi uma oportunidade aproveitada da forma mais exitosa possível. Todos os participantes chegaram ao final do evento com o sentimento e a certeza de terem cumprido sua obrigação de discutir uma universidade melhor para as

gerações futuras.

Os três segmentos da UFCG se depararam com uma oportunidade rara na história desta universidade. As atividades programadas para o I Congresso, enquanto fórum democrático de discussão e deliberação de propostas emanadas da comunidade, certamente se constituíram num passo decisivo, trilhado por todos os que, de uma maneira outra, se interessam pelos destinos da UFCG.

De certa forma, este Congresso representou um salto de qualidade na forma de discutir a UFCG, na medida em que muitos dos temas abordados já fazem parte de um elenco de assuntos que problematizam o funcionamento desta universidade há bastante tempo. Assim, o debate foi realizado à luz da realidade atual da UFCG.

Neste sentido, entendemos que a tônica dos debates não foi apenas na construção de um “diagnóstico” da UFCG, que revelou um espectro de problemas demasiadamente largo, mas deliberamos ao final do I Congresso “direções preferenciais” dentre um conjunto de alternativas políticas que foram indicadas pela comunidade universitária.

A estrutura adotada pelo Congresso, com a realização de plenárias para cada tema, representou a possibilidade concreta de que a comunidade tenha se expressado, refletindo sobre as propostas apresentadas por todas as categorias e escolhendo aquelas que mais se aproximam das expectativas da maioria da UFCG.

Devemos ressaltar que as plenárias de discussão foram encaradas como um fórum

plural, em que conviveram por três dias representantes dos três segmentos, expondo um conjunto de reivindicações a um só tempo de interesse específico e geral da universidade e até mesmo da sociedade. Assim sendo, entenderam a natureza das plenárias como a expressão de sentimentos comunitários, que na maioria das vezes são díspares na universidade.

Com este pensamento, o I Congresso da UFCG foi uma oportunidade de discussão e conagração dos três segmentos, como também de encaminhamento de uma série de propostas para cada entidade, além de apontar uma direção para diferentes formas de luta frente a cada tema discutido.

Salientamos também a intensa divulgação realizada antes Congresso, com várias assembleias convocadas para discussão e escolha dos delegados, o que contribuiu para que todos os delegados tivessem a oportunidade de expor com mais facilidade seus pontos de vista sobre os mais diferentes temas.

Discutimos questões fundamentais para o futuro da UFCG, como por exemplo: a escolha de dirigentes, avaliação institucional, reforma estatutária, expansão e desmembramento da UFCG entre outros temas. O debate e o pensamento coletivo sobre os diversos temas produziram muitas idéias e propostas criativas. Esperamos que a realização do I Congresso possa potencializar a ação unitária e conjunta em defesa de uma UFCG autônoma, pública, democrática e socialmente referenciada.

Comunicado aos associados sobre fixação de cartazes nas Sedes Administrativa e social

Desde que surgiu em 1978, quando ainda vigorava a ditadura militar no Brasil, a ADUFCG/ANDES-SN sempre buscou pautar sua existência por determinados princípios, na relação com a categoria, com a universidade e com a sociedade. Dentre estes pressupostos, se destaca a luta por melhores condições de vida e de trabalho para os seus associados, a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, a solidariedade em relação a todos os setores da classe trabalhadora etc. Para atingir estes objetivos, o nosso sindicato se pauta pelo princípio da organização democrática e pluralista. Por isso mesmo somos uma entidade autônoma em relação aos governos, ao mercado, administrações universitárias, partidos políticos e credos

religiosos. Assim, por exemplo, a ADUFCG/ANDES-SN respeita a religião professada por cada um de seus associados, seja ela cristã, judaica, budista, islâmica, espírita, hinduísta, candomblecista, umbandista etc, inclusive os que não professam credo nenhum. Porém, jamais vai se transformar em instrumento de proselitismo de qualquer que seja a religião ou credo.

Estes traços balizadores se expressam em nosso a prática cotidiana e estão sacramentados nos documentos legais que regulamentam a nossa existência enquanto tal. Nesse sentido, a nossa estrutura de poder é constituída de vários órgãos, a exemplo da Assembléia Geral, Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva. Embora esteja abaixo

da Assembléia Geral e do próprio Conselho Deliberativo, a diretoria desempenha um papel importante no encaminhamento das nossas lutas, cabendo-lhe cumprir e fazer cumprir o Estatuto, o principal marco legal definidor dos nossos direitos e deveres enquanto associados.

Com o objetivo de zelar pelo patrimônio material e imaterial da ADUFCG, a atual diretoria resolveu regulamentar a colocação de cartazes em suas dependências físicas, no sentido de evitar pendências desnecessárias entre diretores e associados. Assim, ficam previamente delimitados espaços, através de quadros com aviso, para a diretoria e para os associados afixarem cartazes, cujos conteúdos devem respeitar os princípios e objetivos da entidade.

I Congresso da UFCG é marco na agenda política da universidade

Os 120 delegados do I Congresso Universitário da UFCG aprovaram deliberações que deverão mudar a agenda política da Universidade. Entre as principais propostas estão a implantação da paridade entre professores, estudantes e técnicos-administrativos em todos os órgãos deliberativos da instituição e a participação efetiva dos aposentados, inclusive com o direito de votarem e serem votado. No Congresso, que aconteceu entre os dias 18 e 20, no Centro de Extensão José Farias Nóbrega, em Campina Grande, os participantes também deliberaram pela suspensão imediata do artigo 50 (alíneas b e c) do Regulamento de Graduação, que tem resultado na injusta exclusão de muitos estudantes, até que seja implantado um programa de identificação, apoio e acompanhamento.

Os delegados também decidiram que as cinco entidades que promoveram o Congresso, Associação dos Docentes da UFCG, Associação dos Docentes da UFCG, Associação dos Docentes Universitários de Cajazeiras, Sindicato dos Trabalhadores em Ensino Superior da Paraíba e Diretório Central dos Estudantes da UFCG, constituíram um Fórum para articular ações que resultem na implementação das deliberações.

No Congresso foram discutidos oito temas considerados fundamentais para a UFCG, neste momento: Avaliação institucional; Expansão e desmembramento da UFCG; Reforma Estatutária; Gestão democrática e o processo de escolha de dirigentes; Acesso e permanência; Precarização do trabalho e terceirizações; H.U's e as Fundações ditas de apoio e Ensino, Pesquisa e Extensão.



Fotos: Fred Oliveira

Participação dos delegados demonstrou a sua disposição para debater da UFCG

As principais resoluções e uma avaliação do Congresso estão na Carta de Campina Grande, aprovada no último dia do evento por todos os delegados. Ela está disponível no blog do congresso: www.congressouniversitariodaufcg.com.

Segundo os organizadores, o I Congresso Universitário foi uma demonstração irrefutável de que a comunidade universitária da UFCG tem disposição política para debater e deliberar sobre seus destinos, com a aprovação de proposições a partir das quais docentes, técnico-administrativos e estudantes da UFCG, articulados a partir de suas entidades representativas, devem orientar suas práticas políticas comuns no cotidiano da instituição.

As entidades que promoveram o evento também ressaltam que “ao contrário do que muitos avaliam e esperavam, a comunidade

universitária da UFCG, a despeito do momento histórico de refluxo dos movimentos sociais e de exacerbado individualismo que vivenciamos, não está apática diante das questões fundamentais que definem a existência plena da universidade pública e gratuita”.

Na Carta de Campina Grande, os delegados também avaliaram que o I Congresso da UFCG “configurou-se como um importante instrumento político dos segmentos organizados da instituição, pela forma paritária como foi constituído, pela força do debate coletivo de idéias que promoveu, pela relevância e consistência das propostas que apreciou, numa demonstração clara de que a gestão participativa e democrática pode ser implementada em todas as instâncias administrativas e políticas da UFCG”.

Conheça todas as propostas aprovadas

Tema: HU's e as fundações estatais de direito privado

1 - Organizar, no âmbito da UFCG um ciclo de debates – sobre o programa nacional de reestruturação dos hospitais universitários federais (REHUF), proposto pelo MEC e já aprovado pelo Colegiado Pleno em regime de urgência;
2 - Intensificar a luta contra a aprovação do PLP nº 92/2007, que define a criação de fundações estatais de direito privado para as várias áreas da administração pública, incluindo os HU, medida que aprofundará a privatização dos serviços públicos no

Brasil, articulando-se, para isso, com todos os movimentos e organizações que combatem essas privatizações, desenvolvendo entre outras as seguintes ações:

- Realização de seminários organizados pelas entidades organizadoras do I Congresso da UFCG sobre os hospitais universitários, na perspectiva de definir estratégias de luta contra os ataques de que vêm sendo alvo, em particular a sua transformação em fundações estatais de direito privado e aplicação do

ponto eletrônico;

- Pressão política sobre deputados e senadores, na perspectiva de barrar a proposta de criação de Fundações Estatais de Direito Privado;

3-Pela imediata convocação de concurso público para o HUAC, para todas as funções que estão sendo cumpridas pelos servidores temporários.

4 - Exigir a realização de uma auditoria administrativa, financeira e contábil das três últimas gestões do HUAC.

Tema: Avaliação Institucional

1- Rejeitar a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior devido ao seu caráter antidemocrático e heteronômico.

2-Rejeitar o SINAES e todos os mecanismos de avaliação que o compõem.

3 - Considerando o evidente autoritarismo e burocratização do processo de avaliação institucional vigente nas universidades públicas, o I Congresso Universitário da UFCG delibera:

- Pela defesa da avaliação interna e externa da UFCG como processo democrático, amplo e público, não subordinado à lógica produtivista do mercado, do clientelismo político ou das comissões de gabinete, mas ao aprimoramento qualitativo de gestão institucional, com vistas à realização plena da autonomia da UFCG.

4 -Implantar imediatamente o Conselho Social consultivo, previsto no seu Estatuto, e definir formas para que o mesmo assuma a avaliação externa da UFCG.

5-Criar uma proposta institucional que conceba a avaliação a partir da concepção de homem livre, de educação emancipatória e de uma sociedade democrática, solidária e fraterna.

Tema: reforma estatutária

1 – Um novo Estatuto só deve ser feito mediante convocação de Estatuinte.

2 – Reformas do atual Estatuto só poderão ser feitas por decisão do Conselho Universitário e sem mudanças na estrutura e concepção geral do atual estatuto e no sentido de avançar na conquista de novos direitos e não na retirada de direitos já consagrados.

03 - Em reunião do Conselho Universitário será decidida como se dará a Reforma Estatutária.

Tema: precarização do trabalho e terceirizações

01 - Pelo fim das terceirizações e o chamado imediato de concurso público para todas as categorias de funcionários.

02 -Organização de uma campanha nacional pelo fim das terceirizações.

Tema:gestão democrática e processo de escolha dos dirigentes

1- O reitor e o vice-reitor devem ser escolhidos mediante eleições diretas e secretas, com a participação, no mínimo paritária, de todos os docentes, discentes e técnico-administrativos, encerrando-se o processo de eleição no âmbito da instituição;

2 - Os conselhos superiores acadêmicos devem ser responsáveis pela organização das eleições de dirigentes, a partir de critérios democraticamente estabelecidos pela comunidade acadêmica, declarando-os eleitos, empossando-os e comunicando a posse às autoridades competentes no que couber;

3 - O mandato de reitor e de vice-reitor deve ser de quatro anos, não sendo permitido recondução;

4 - A posse do reitor e do vice-reitor eleitos dar-se-á imediatamente após o término dos mandatos do reitor e do vice-reitor em exercício, garantindo-se o período de

transição;

5 - A Coordenação Executiva Colegiada das unidades acadêmicas devem ser nomeadas pelo reitor, após eleição direta e secreta, realizada em cada unidade, com participação, no mínimo paritária, de todos os docentes, discentes e técnicos-administrativos;

6-O novo Estatuto deve aprovar a composição paritária em todos os conselhos universitários

7- O novo Estatuto deve estabelecer o fim de todos os conselheiros natos do Colegiado Pleno, com exceção do Reitor.

8-Pela participação efetiva dos Aposentados nos Conselhos da Instituição e na escolha dos dirigentes da UFCG, inclusive em ter o direito de concorrer aos cargos da instituição.

9- Que o Colegiado Pleno e as Câmaras Deliberativas Superiores do Conselho Universitário realizem reuniões nos vários campi da UFCG.

Tema: HU's e as fundações ditas de apoio

1. Lutar contra as fundações privadas ditas de apoio e pela desvinculação gradual e total da UFCG das respectivas fundações, uma vez que elas são um canal de negócios e interesses mercadológicos e ferem o caráter público da universidade

2. Provocar as administrações da UFCG para que elas tornem público:

2.1 Os resultados das pesquisas desenvolvidas pelas fundações de apoio;

2.2 O montante dos recursos financeiros que estão, ou foram, arrecadados pelas “pesquisas” desenvolvidas via fundações privadas ditas de apoio e o percentual

revertido para a UFCG;

2.3 A relação das “pesquisas” que foram e estão sendo realizadas via fundações privadas ditas de apoio e quem foram, ou serão beneficiados por elas;

2.4 A relação dos cursos que estão sendo realizados com a intermediação das fundações privadas ditas de apoio na UFCG;

2.5 A relação de programas e projetos por elas intermediados, administrados ou executados, assim como as prestações de contas dos recursos financeiros por elas movimentados;

3. Solicitar do Ministério Público Federal e do TCU, ações imediatas em relação apuração das possíveis irregularidades no Parque Tecnológico e na Atecel, fundações privadas ditas de apoio da UFCG.

Tema: acesso e permanência

1- Criar as condições de infra-estrutura física; de qualidade de ensino, pesquisa e extensão e de assistência estudantil para garantir a permanência e condições de conclusão de curso para os atuais discentes e consecutiva ampliação do número de vagas para o ingresso de estudantes na UFCG como forma de garantia do direito a educação.

2 - Democratização do acesso, com o conseqüente fim de qualquer processo excludente de ingresso, tais como Vestibular,

PSS, Enem, etc.

3 - Aprofundar o debate sobre a política de cotas no âmbito das três categorias da comunidade universitária e instâncias de deliberação da UFCG.

4 - Modificação do regulamento de graduação da UFCG, Art. 50 alíneas b e c. Incluindo um parágrafo que restringe a aplicação desses dispositivos ao alunado que foi submetido a um programa de acompanhamento de dificuldades de aprendizagem.

5 -Direitos de qualificação e acesso, ao vestibular especial para técnicos administrativos.

Tema: ensino, pesquisa e extensão

1 - Ensino público, gratuito, democrático, laico e de qualidade para todos;
2 - Autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
3 - Democratização interna e liberdade de organização;
4 - Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
5 - Condições mínimas de trabalho para os docentes e técnicos administrativos.
6 - Dotação de recursos públicos

orçamentários suficientes para o ensino, pesquisa e extensão nas universidades públicas;
7 - A integração efetiva de ensino, pesquisa e extensão no contexto de um projeto pedagógico educacional global formulado pela comunidade universitária e socialmente referenciado;
8 - Fixar as diretrizes e os meios para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão;
9 - Elaboração e execução de projetos de pesquisa sob a responsabilidade de organismos

colegiados, democraticamente constituídos, a partir de diretrizes de política de pesquisa definidas autonomamente pelas universidades, em contraposição ao atrelamento a prioridades fixadas externamente por agências financiadoras, públicas ou privadas.

10 - Estímulo a pesquisas não vinculadas a demandas do mercado, garantindo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Tema: expansão e desmembramento

01- A criação de um Observatório integrado por professores, servidores e estudantes para acompanhamento da implantação do REUNI nos distintos campi da UFCG, sob a responsabilidade das entidades representativas.

02- Valorização e defesa de uma expansão universitária dialogada com 03 diferentes

segmentos acadêmicos, movimentos sociais, (autônomos dos governos, locais, estaduais, nacionais e patronais), pautada pelos princípios da radicalidade democrática, sobretudo, com garantia plena do financiamento do Estado

03 - Rejeitar a criação da Universidade Federal do Sertão, por motivos acadêmicos e

políticos.

05 A definição de uma comissão, constituída pelos segmentos da comunidade universitária da UFCG e representantes da sociedade civil para o aprofundamento da discussão da viabilidade técnica e qualitativa de criação da Universidade Federal do Sertão.

ADUFCG e sindicatos estão solidários com a nova diretora eleita do HU

As diretorias do Sindicato dos Docentes da UFCG – ADUFCG, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Superior da Paraíba – SINSTESPB, do Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho e Previdência – SINDSPREV e do Diretório Central dos Estudantes da UFCG estão prestando solidariedade à professora da UFCG, Lidiany Galdino Félix, eleita para a direção do Hospital Universitário Alcides Carneiro (HUAC), diante dos questionamentos e dificuldades que está encontrando para tomar posse.

Diretores das entidades se reuniram no dia 24/11, na sede da ADUFCG, com Lidiany Galdino Félix e anunciaram que pretendem agendar uma entrevista com o reitor da UFCG, Thompson Mariz, com o objetivo de tratar dos encaminhamentos para a posse da professora.

Na reunião, os diretores das entidades tomaram conhecimento, em detalhes, de todo o processo eleitoral e de homologação do resultado da eleição. Lidiany Galdino explicou todos os passos da eleição e esclareceu vários questionamentos dos sindicalistas.

Da reunião participaram o presidente da ADUFCG, Amauri Fragozo, o diretor da Secretaria Regional Nordeste II do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN, Josevaldo Cunha, o diretor estadual do SINDSPREV,



Fotos: Fred Oliveira

Encontro entre sindicalistas e diretora eleita do HU definiu várias ações conjuntas.

Mauro Plácido Ribeiro e o presidente do DCE – UFCG, Renato Barreto. O diretor do SINTEPB, Maelson Alves, não esteve presente, mas ratificou posição adotada pelas entidades.

Os dirigentes dos sindicatos avaliam que a eleição para a diretoria do Hospital Universitário seguiu o regimento daquele órgão; a resolução do Colegiado Pleno do Conselho Universitário da UFCG que regulamenta a eleição (09/2006); a candidatura da professora Lidiany Galdino foi aceita sem problemas pela comissão

eleitoral; o edital convocando a eleição foi publicado e o resultado do pleito foi também homologado, não restando dúvidas sobre a sua legitimidade ou legalidade.

As entidades avaliam que as normas da eleição para a diretoria do HU podem ser discutidas e modificadas pela comunidade universitária e do Hospital, mas apenas para o próximo pleito. Elas avaliam por exemplo, que deve acabar a proibição de servidores do Ministério da Saúde de se candidatarem.

Mobilização força Reitoria a mudar de postura na reforma estatutária

A mobilização das entidades representativas dos três segmentos da comunidade universitária resultou numa mudança significativa de postura da Reitoria da UFCG em relação ao processo de reforma do estatuto da instituição. O início da discussão sobre o tema foi transferido para 2011 e a participação das entidades será mais democrática.

O anúncio desta mudança de postura aconteceu durante uma audiência entre o reitor, Thompson Mariz e a Diretoria da ADUFCG, realizada no último dia 05/11. O tema da reforma do estatuto da universidade estava na pauta do encontro, porque o Sindicato avalia que o processo desencadeado pela administração da instituição fere os princípios da democracia universitária e contraria os desejos da comunidade, já a entidade se posicionou repetidas vezes no sentido que um novo estatuto para a universidade só pode resultar da realização de uma nova estatuinte.

A Diretoria da ADUFCG argumentou para o reitor que a forma como a proposta de reforma estava caminhando no Colegiado Pleno do Conselho Universitário está equivocada e não segue o andamento normal de qualquer matéria, mesmo que conselheiros tenham alertado e recorrido formalmente da forma de encaminhamento, tendo este pedido negado por duas vezes.



Foto: Fred Oliveira

No Gabinete do reitor, os diretores da ADUFCG entregaram várias reivindicações.

Surpreendentemente, o reitor Thompson Mariz disse que “não fazia questão de modificar o estatuto”, pois já tinha administrado um bom tempo com o atual e que sua gestão não sofreria grandes prejuízos sem a reforma. Ele argumentou que pretendia reformar o estatuto por uma “questão de ajuste”.

O reitor então propôs que os debates da reforma ficassem para 2011 e que fossem baseados nos encaminhamentos de uma comissão extra-administração e das entidades

representativas dos segmentos que definiriam o que é consenso e quais as divergências. “Não dá para convergir em tudo. O que não convergir a gente vota”, garantiu.

Depois que o presidente da ADUFCG, Amauri Fragoso, informou que o I Congresso Universitário da UFCG discutiria a proposta de reforma do estatuto, o reitor passou a considerar que as deliberações daquele fórum de debates devem também serem consideradas no processo.

Colegiado Pleno do Conselho Universitário debaterá carreira docente

Um dos pontos mais importantes definidos na audiência do reitor com a diretoria da ADUFCG foi a realização de uma reunião extraordinária do Colegiado Pleno do Conselho Universitário, para discutir a proposta da nova carreira dos professores das Instituições Federais de Ensino Superior que está sendo elaborada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN.

A proposta foi levada pela diretoria da ADUFCG como uma estratégia para ampliar o debate que já vendo sendo promovido pelo sindicato nas suas assembleias gerais e nas reuniões das unidades acadêmicas que tem participado.

O presidente da ADUFCG, Amauri Fragoso, apresentou um relato sobre as discussões da nova proposta de carreira apresentada ao movimento docente pelo Ministério do

Planejamento e a proposta do Sindicato que vem sendo debatida e discutida nas suas diversas instâncias. A proposta será também levada ao próximo Congresso do ANDES-SN, previsto para acontecer em fevereiro de 2011, quando será debatido, votado e aprovado.

O reitor concordou em vários momentos com as argumentações dos diretores da ADUFCG sobre as avaliações da proposta de reestruturação da carreira elaborada pelo governo, especialmente na introdução da classe de sênior e na manutenção da classe de professor titular.

Amauri propôs que numa reunião extraordinária do Colegiado Pleno, um integrante da direção nacional do ANDES-SN venha apresentar e debater a proposta do sindicato e que a Reitoria convide um representante do Ministério da Educação

para apresentar e debater a proposta do Governo.

O reitor concordou com a proposta de realizar uma reunião do Colegiado Pleno e com a forma de encaminhamento, se comprometendo a agilizar os contatos com o Ministério da Educação.

A reunião extraordinária do Colegiado Pleno do Conselho Universitário estava inicialmente prevista para acontecer no dia 30/11, mas a Reitoria da UFCG não conseguiu confirmar a vinda de um integrante do governo com conhecimento da proposta para participar do debate e uma nova data será agendada.

A intenção é realizar a reunião no Auditório do Centro de Extensão José Farias Nóbrega, para que os docentes e a comunidade universitária interessada possam também acompanhar a discussão.

Reitor da UFCG admite dificuldades no programa já previstas pelo ANDES-SN

Diante das críticas constantes do movimento docente e dos inevitáveis problemas cotidianos surgidos com a implantação do Programa de Reestruturação das Universidades – Reuni na UFCG, o reitor Thompson Mariz admitiu que a Universidade poderá, em breve, enfrentar problemas ainda mais graves do que os atuais.

Thompson fez esta revelação durante a audiência com a Diretoria da ADUFCG e acrescentou que os reitores das universidades federais que aderiram ao Reuni estão aguardando com muita expectativa o surgimento de um “Reuni 2”, para solucionar as dificuldades criadas com a implantação do programa.

Entre os problemas que poderão se agravar estão a falta de recursos para manter e implantar a estrutura dos novos cursos e a carência de vagas para novos professores. “Os recursos são insuficientes para atender as demandas, a avalanche que veio de forma endógena na universidade”, desabafou.

O reitor revelou que esperava que o Ministério da Educação avaliasse a proposta de implantação do Reuni de forma mais detalhada, mas o que aconteceu foi a aprovação do plano da UFCG, como das demais, sem que isso fosse realizado e num curto espaço de tempo, o que segundo ele teria gerado vários equívocos. “Digo isso para que vocês percebam o que foi a minha angústia na comissão de sistematização, num prazo muito curto. As pessoas viram muito o cifrão”.

Um dos equívocos apontados pelo reitor teria sido a criação de vários cursos sem condições financeiras e de pessoal. Entre os casos, citou Engenharia de Alimentos, onde não existe um percentual mínimo de professores com graduação na área. Citou os casos de arquitetura e engenharia de petróleo, criado inicialmente com seis professores cada.

O desabafo do reitor para a diretoria da ADUFCG foi apenas uma preparação para ele justificar o início da implantação do que ele denominou de um programa de compartilhamento de professores, infraestrutura física, de técnicos e mobilidade de estudantes entre os vários campi.

ATRASOS

Questionado pela diretoria da ADUFCG

sobre as reclamações nos atrasos das obras iniciadas em vários campi, o reitor explicou que os problemas não estão ligados a falta de recursos, mas a atuação das construtoras que muitas vezes reduzem tanto seus preços para vencer as licitações que ficam descapitalizadas e não conseguem recursos para realizar as obras e cumprir os prazos estabelecidos nos contratos.

O reitor garante que as obras nos campi de Cuité e Pombal estão dentro do cronograma, mas em Sousa a administração está realizando um grande esforço para entregar o novo campus e transferir todos os cursos para o local.

VALE TRANSPORTE

Na audiência com o reitor, a diretoria também apresentou o questionamento de filiados do Campus de Cuité, que reivindicam o pagamento de vale-transporte, benefício que docentes de outros campi já recebem. O reitor se comprometeu a avaliar porque os professores daquele Campus ainda não estão recebendo este direito e a buscar uma solução.

ILUMINAÇÃO

Outra reivindicação de filiados apresentada pela diretoria da ADUFCG a Thompson

Mariz foi a implantação de uma melhor iluminação no Campus de Campina Grande, especialmente na parte alta, próximo a cerca que delimita a universidade.

O reitor explicou que os postes já foram colocados com este objetivo, assim como a rede elétrica de interligação, mas que a nem a Prefeitura e nem a Companhia de eletricidade instalaram a rede para fazer funcionar a iluminação.

Thompson, no entanto, admitiu que as luminárias dos postes também não foram instaladas.

POMBAL

O reitor Thompson Mariz também decidiu o impasse criado pela Prefeitura da Universidade para a instalação da Secretaria Adjunta da ADUFCG em Pombal.

A entidade já tinha conseguido uma sala na Prefeitura daquele campus para se instalar, mas o Prefeito, Eduardo Bonates, colocou-se contrário a cessão do espaço e impediu sua utilização pela entidade, prejudicando os docentes filiados naquele Campus.

Thompson disse que sua orientação é que acata o que os diretores de centros dos campi decidirem e que ele não vê impedimentos para a ADUFCG ocupar o espaço.



Fotos: Fred Oliveira

Atrasos em obras do Reuni foram questionados pelos diretores da ADUFCG

Falta de uma melhor iluminação na parte alta do Campus e junto à cerca também foram reivindicações apresentadas ao reitor.



Veja o resumo do projeto de carreira docente do ANDES-SN

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN já divulgou o Caderno de Textos do seu 30º Congresso, que acontecerá no período de 17 a 20 de fevereiro de 2011, em Uberlândia(MG). Um dos textos mais importantes do documento é o que traz o novo projeto de carreira, que será apreciado no evento e se transformará na proposta de carreira docente da entidade.

Abaixo, um resumo do que é o projeto e no final o texto de resolução sobre a questão que a Diretoria do ANDES-SN também está apresentado:

RESUMO DO PROJETO DE CARREIRA

- 1- Plano de Carreira e cargo de professor federal que unifica todos os professores das Instituições Federais de Ensino – Carreira de Professor Federal, administrada no âmbito de cada instituição.
- 2- Cargo único que valorize o professor sem dispersar em fragmentações, classes nominadas ou inominadas que não refletem diferenciações de função na prática – Cargo de Professor Federal.
- 3- Carreira simples e estável que contemple a possibilidade de progressão ao topo (baseado nos 25 anos de trabalho da professora) em 13 níveis remuneratórios,

com ingresso no nível inicial.

4- Desenvolvimento na carreira que valorize, de maneira equilibrada, o tempo de serviço, a formação continuada e a avaliação do plano de trabalho aprovado na sua unidade acadêmica de lotação. Essa avaliação será realizada no âmbito institucional, considerando a contextualização social, a condições concretas em que se dá o trabalho e a diversidade das práticas acadêmicas e características de cada área do conhecimento.

5- A progressão de um nível remuneratório para o outro, imediatamente superior, será feita após o cumprimento, pelo docente, do interstício de dois anos no nível, uma vez que os planos de trabalho executados neste período tenham sido aprovados.

6- A isonomia salarial será assegurada pela remuneração integral e uniforme do trabalho prestado por Professor Federal do mesmo nível da carreira, mesmo regime de trabalho e mesma titulação, bem como pela uniformidade de critérios gerais para progressão e para ingresso, obrigatoriamente, por concurso público.

7- O piso nacional atribuído ao docente graduado do nível remuneratório um (1) em regime de trabalho de 20 horas semanais (salário mínimo do DIEESE), será

o gerador da tabela de remuneração correspondente à Carreira de Professor Federal.

8- Interstício de cinco por cento (5%) entre os níveis remuneratórios. Isso resultará em uma relação entre piso e teto para o mesmo regime de trabalho de aproximadamente três (3).

9- A remuneração única dos integrantes que possuírem titulação é acrescida:

- a) De setenta e cinco por cento (75%) para os detentores de título de doutor ou de Livre-Docente;
- b) De trinta e sete e meio por cento (37,5%) para os detentores de grau de Mestre;
- c) De dezoito por cento (18%) para os detentores de certificado de curso de Especialização;
- d) De sete e meio por cento (7,5%) para os detentores de certificado de curso de Aperfeiçoamento.

10- A remuneração única quanto ao regime de trabalho, tendo como referência o regime de 20 horas de trabalho semanais, é acrescida:

- a) De cem por cento (100%) para o regime de trabalho de 40 horas semanais;
- b) De duzentos e dez por cento (210%) para o regime de trabalho de Dedicção Exclusiva.

Regime de 20 horas (piso 01/06/2010)						
Carreira	Nível	Graduado	Aperfeiçoamento	Especialista	Mestrado	Doutorado
Professor Federal	13	3.756,93	4.038,70	4.433,18	5.165,78	6.574,63
	12	3.578,03	3.846,38	4.222,08	4.919,79	6.261,55
	11	3.407,65	3.663,22	4.021,02	4.685,52	5.963,38
	10	3.245,38	3.488,78	3.829,55	4.462,40	5.679,41
	9	3.090,84	3.322,65	3.647,19	4.249,90	5.408,96
	8	2.943,65	3.164,43	3.473,51	4.047,52	5.151,39
	7	2.803,48	3.013,74	3.308,11	3.854,79	4.906,09
	6	2.669,98	2.870,23	3.150,58	3.671,22	4.672,47
	5	2.542,84	2.733,55	3.000,55	3.496,40	4.449,97
	4	2.421,75	2.603,38	2.857,67	3.329,91	4.238,07
	3	2.306,43	2.479,41	2.721,59	3.171,34	4.036,25
	2	2.196,60	2.361,35	2.591,99	3.020,33	3.844,05
	1	2.092,00	2.248,90	2.468,56	2.876,50	3.661,00

Regime de 40 horas com Dedicção Exclusiva						
Carreira	Nível	Graduado	Aperfeiçoamento	Especialista	Mestrado	Doutorado
Professor Federal	13	11.646,49	12.519,97	13.742,86	16.013,92	20.381,35
	12	11.091,89	11.923,78	13.088,43	15.251,35	19.410,81
	11	10.563,71	11.355,99	12.465,17	14.525,10	18.486,49
	10	10.060,67	10.815,22	11.871,60	13.833,43	17.606,18
	9	9.581,59	10.300,21	11.306,28	13.174,69	16.767,79
	8	9.125,33	9.809,73	10.767,89	12.547,33	15.969,32
	7	8.690,79	9.342,60	10.255,13	11.949,83	15.208,88
	6	8.276,94	8.897,71	9.766,79	11.380,79	14.484,65
	5	7.882,80	8.474,01	9.301,71	10.838,85	13.794,90
	4	7.507,43	8.070,49	8.858,77	10.322,72	13.138,00
	3	7.149,93	7.686,18	8.436,92	9.831,16	12.512,38
	2	6.809,46	7.320,17	8.035,16	9.363,01	11.916,56
	1	6.485,20	6.971,59	7.652,54	8.917,15	11.349,10

8

11 O docente do quadro de pessoal permanente das Instituições Federais de Ensino, admitido anteriormente à vigência desta Lei, fica posicionado no nível remuneratório da Carreira de Professor Federal equivalente à situação que ocupava na carreira anterior a partir do topo, conforme o quadro posto ao final.

12 O aposentado, inativo ou o pensionista é posicionado da mesma forma que o docente do quadro de pessoal permanente ativo, resguardada a equivalência em relação à estrutura da carreira em vigor na data da aposentadoria.

Regime 40 horas						
Carreira	Nível	Graduado	Aperfeiçoamento	Especialista	Mestrado	Doutorado
Professor Federal	13	7.513,86	8.077,40	8.866,36	10.331,56	13.149,26
	12	7.156,06	7.692,76	8.444,15	9.839,58	12.523,10
	11	6.815,30	7.326,44	8.042,05	9.371,03	11.926,77
	10	6.490,76	6.977,56	7.659,09	8.924,79	11.358,83
	9	6.181,67	6.645,30	7.294,37	8.499,80	10.817,93
	8	5.887,31	6.328,86	6.947,02	8.095,05	10.302,79
	7	5.606,96	6.027,48	6.616,21	7.709,57	9.812,18
	6	5.339,96	5.740,46	6.301,16	7.342,45	9.344,93
	5	5.085,68	5.467,10	6.001,10	6.992,81	8.899,94
	4	4.843,50	5.206,77	5.715,33	6.659,82	8.476,13
	3	4.612,86	4.958,82	5.443,17	6.342,68	8.072,51
	2	4.393,20	4.722,69	5.183,98	6.040,65	7.688,10
	1	4.184,00	4.497,80	4.937,12	5.753,00	7.322,00

Quadro de equivalência do Magistério Superior

Situação atual		Situação nova	
Classe	Nível	Nível	Carreira
Titular	único	13	PROFESSOR FEDERAL
Associado	4	12	
	3	11	
	2	10	
	1	9	
Adjunto	4	8	
	3	7	
	2	6	
	1	5	
Assistente	4	4	
	3	3	
	2	2	
	1		
Auxiliar	4	1	
	3		
	2		
	1		

Quadro de equivalência do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Situação atual		Situação nova	
Classe	Nível	Nível	Carreira
Titular	único	13	PROFESSOR FEDERAL
D V	3	12	
	2	11	
	1	10	
D IV	S	9	
D III	4	8	
	3	7	
	2	6	
	1	5	
D II	4	4	
	3	3	
	2	2	
	1		
D I	4	1	
	3		
	2		

TEXTO DE RESOLUÇÃO - 25

O 30º CONGRESSO do ANDES Sindicato Nacional delibera:

1. Aprovar o Projeto de Lei de reestruturação da Carreira Docente das Instituições Federais de Ensino.
2. Aprovar a agenda de lutas pela aprovação e implantação da Carreira de Professor Federal:
 - a) Protocolar a proposta de Carreira de Professor Federal no MEC e no MPOG, no início de março;
 - b) Recepcionar os docentes no início do primeiro semestre letivo de 2011 com materiais específicos a respeito da proposta de Carreira de Professor Federal;
 - c) Organizar seminários e debates para massificar na base o conhecimento da proposta de Carreira de Professor Federal, nos meses de março e abril;
 - d) Agendar a discussão da Carreira de Professor Federal nos Conselhos Universitários no mês de abril, com o objetivo de obter o seu apoio;
 - e) Agendar uma audiência com a direção da ANDIFES;
 - f) Enviar a proposta de Carreira de Professor Federal e material específico a todos os parlamentares no mês de abril;
 - g) Agendar audiências com as lideranças partidárias e presidentes das Comissões de Educação e de Serviço Público, na Câmara e no Senado;
 - h) Exigir o estabelecimento de uma mesa com o Governo Federal, em que o MEC esteja presente, para negociar o envio do Projeto de Lei da Carreira de Professor Federal para o Congresso Nacional.
3. Delegar à Diretora do ANDES-SN a condução do processo de negociação bem como as deliberações pertinentes, de acordo com o posicionamento do Setor das IFES, tendo como referência a proposta de Carreira de Professor Federal aprovada neste 30º Congresso.

Novo estatuto só com estatuante

O Estatuto é o marco legal definidor do exercício da autonomia universitária. O seu conteúdo, contudo, pode ser mais ou menos avançado, em termos de um projeto de universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, dependendo da correlação de forças existentes dentro e fora da instituição e do momento histórico em que ela esteja inserida.

O atual Estatuto da UFCG não foge a esse pressuposto geral, pois é resultado de um Colégio Estatuante composto por professores, técnico-administrativos e alunos, eleitos para tal fim em 2002, dentre eles representantes das entidades representativas dos

três segmentos: ADUFs, SINTESPB e DCE. Embora o atual Estatuto tenha seus limites legais e políticos em função da correlação de forças então presentes, os estatuintes produziram ao final de três meses de intenso trabalho um documento que representou importantes conquistas para a comunidade universitária e a sociedade paraibana como um todo, como a garantia de uma UFCG pública e gratuita; o funcionamento da instituição baseado no tripé do ensino, da pesquisa e da extensão; criação de um conselho social consultivo como elo de interlocução da universidade com os diversos setores da sociedade; participação dos três segmentos nos órgãos colegiados deliberativos, vistos como principais instâncias de poder; a construção e execução do orçamento financeiro de forma transparente e participativa; supressão do veto e do voto de qualidade dos dirigentes executivos - Reitor, Diretor de Centro e Coordenador Administrativo, etc.

Por apontar para a democratização das estruturas de poder, o Estatuto nunca foi de todo absorvido pela Administração Superior ao longo destes oito anos de existência da UFCG.

A estratégia da administração da UFCG num primeiro momento foi inviabilizar o pleno

funcionamento de seus principais dispositivos na dinâmica cotidiana da vida universitária, como por exemplo: a não instalação do Conselho Social Consultivo e a não adoção do orçamento participativo, preparando assim o terreno para justificar a sua supressão e/ou reforma perante a comunidade universitária.

É nesse contexto que podemos entender o crescente e sistemático ataque da Administração Superior ao Estatuto, sob o pretexto de que caso este não fosse reformado num espaço de tempo curto (até julho de 2009) a instituição correria o risco de não ter renovado o

seu credenciamento perante o Ministério da Educação. O tempo mostrou que este argumento era falacioso.

O ataque ao atual Estatuto sofreu um recuo momentâneo devido à mobilização de setores da comunidade universitária, inconformados tanto com a forma autoritária do processo em tela, como com o conteúdo conservador das propostas de reforma previstas na minuta de estatuto elaborado pela Reitoria, disponibilizada na página da UFCG na internet em meados de 2009.

Diante desta pressão, o Colegiado Pleno do Conselho Superior

acabou por aprovar um calendário de audiências públicas, com o objetivo de colher propostas da comunidade acadêmica nos diversos campi da UFCG para posterior deliberação. Em todas as reuniões, ocorridas entre setembro e outubro do ano passado,

uma questão preliminar norteou todas as discussões:

A) A reforma do Estatuto deve ser feita por uma Estatuante ou através do próprio Colegiado Pleno?

Entretanto, na última reunião ordinária do dia 15 de setembro de 2010, o Colegiado Pleno sequer levou em consideração esta questão preliminar ao aprovar em rito sumário, sem uma prévia discussão democrática, a proposta de reformar o atual Estatuto da UFCG em seis sessões extraordinárias entre os meses de outubro e dezembro do presente ano, num total desrespeito a uma parcela significativa da comunidade universitária que defende uma nova Estatuante para tal fim.

A decisão do Colegiado Pleno fez com que aquela instância assumisse uma postura contraditória, já que organizou e realizou uma série de audiências públicas para discutir propostas de mudança estatutária e simplesmente ignorou seus resultados.

Em seu Artigo 19, Inciso X, o nosso Estatuto prevê a possibilidade do próprio Colegiado Pleno reformá-lo. Contudo, todas as propostas e atos da Administração Superior apontam para mudanças profundas que, na prática, vão muito além de uma simples revisão. Trata-se na verdade da supressão do atual Estatuto e sua

substituição por outro, num retrocesso inadmissível.

Diante do exposto, as entidades abaixo subscritas reafirmam seu compromisso com uma universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada e vêm a público denunciar esta atitude e

conclamar todos a se engajarem no movimento por uma Estatuante na UFCG com o objetivo de ampliar a democratização da instituição, em função dos interesses maiores da comunidade acadêmica e não subordinada aos desejos menores dos gestores de ocasião.

Estatuto nunca
foi de todo
absorvido pela
Administração
Superior

Trata-se na
verdade da
supressão do
atual Estatuto e
sua substituição
por outro

Assinam as entidades: Associação dos Docentes da UFCG - **ADUF CG**; Associação dos Docentes da UFCG/Patos - **ADUF CG-Patos**; Associação dos Docentes Universitários de Cajazeiras - **ADUC**; Sindicato dos Trabalhadores em Ensino Superior da Paraíba - **SINTESPB** e Diretório Central dos Estudantes da UFCG - **DCE-UFCG**.

Reitoria continua a perseguição a professor do Campus de Cuité

A perseguição política contra o professor do Centro de Educação e Saúde – CES (Cuité) e diretor da ADUFCG, Lauro Pires Xavier Neto, vem ganhando comprovações irrefutáveis a cada dia. Depois da conclusão de uma sindicância, repleta de equívocos jurídicos e ilegalidades, foi aberto um inquérito administrativo contra ele.

O professor Lauro passou a ser alvo político da Reitoria da UFCG depois que divulgou, numa lista restrita de discussão por e-mail, partes da denúncia do processo em que o Tribunal de Contas da União apura supostas irregularidades praticadas por dirigentes da universidade.

Para se ter uma idéia dos abusos que estão sendo cometidos pela Universidade contra o professor Lauro Xavier, basta constatar que a sindicância foi iniciada no dia 16 de novembro de 2009 e só no dia 09 de julho deste ano foi encerrada, ou seja, oito meses depois, quando a Lei 8.112/1990, determina no seu artigo 145, em seu parágrafo único que: “o prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta dias), podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior”.

Segundo o professor Lauro Pires Xavier Neto, o relatório da Comissão de Sindicância apresenta inúmeras contradições e supressões de suas declarações que o prejudicam, além de afirmações baseadas em dados que não constam nos autos da sindicância.

Um exemplo citado por Lauro é que na folha 46 do processo, o relator afirma que: (o servidor) “negou que tenha divulgado as informações constantes no processo administrativo que tramita junto ao TCU”, mas na folha 35 está escrito que “tendo o denunciado respondido que não fez nenhum repasse de informação escrita ou verbal com os seus alunos”, ficando claro, segundo o professor, que o relator desvirtuou o que foi dito por ele em seu depoimento.

Outro exemplo de desvirtuamento está, segundo o professor Lauro, na folha 02, onde o relator afirma que o docente informa

que está havendo “cooptação de servidores”, “utilização da máquina pública para favorecimentos pessoais” e de “distribuição de bolsas para angariar eleitores” (fls. 09). No entanto, o termo “utilização da máquina pública para favorecimentos pessoais” não consta nas folhas 02 ou 09 e a expressão “distribuição de bolsas para angariar eleitores”, está antecedida pela palavra “em tese”, e foi suprimida pelo relator, distorcendo por completo a frase.

Outro abuso da sindicância apontado pelo professor Lauro Pires Xavier Neto é o fato do relator afirmar na folha 46 do processo, que “foi estabelecido um prazo de 10 dias para que o servidor Lauro Pires Xavier Neto

questionado por Lauro é seu relator afirmar, na folha 47, “Por decisão do presidente da comissão sindicante foi prorrogado o prazo para apresentação das informações pelo servidor Lauro Pires Xavier Neto, mas novamente as informações e a defesa não foram apresentadas, certamente, abdicando o servidor em tela de praticar o ato processual”, quando em nenhuma folha do processo existe a tal prorrogação de prazo.

Outro ato citado pelo relator da sindicância que não consta no processo, de acordo com Lauro Pires, foi a decisão de suspensão dos trabalhos existente na folha 47, quando em nenhuma folha do processo consta uma determinação oficial da suspensão.



Lauro Pires Xavier (D), em seu depoimento à Comissão de Sindicância, em março.

ou seu procurador apresentassem defesa escrita ou as provas e informações que entendessem necessárias. A defesa, informações ou provas não foram apresentadas”, quando em nenhum momento foi solicitada a defesa escrita, e isto não seria necessário pois o docente não havia sido enquadrado em nenhum dispositivo legal e apenas foi convocado para um depoimento no dia 10 de março de 2010.

Outro ato da Comissão de Sindicância

Como se não bastassem as contradições, as as supressões de informações e as ilegalidades na condução da sindicância, o relator também, segundo Lauro, afirmou que ele teria feito acusações de cunho subliminar. Sem provas materiais ou testemunhais, ainda assim o relator enquadrou o professor Lauro Pires Xavier Neto por falta de dever de urbanidade, promoção de apreço ou despreço, além do art. 138 do Código Penal, que é o crime de calúnia.

ADUFCG protesta durante ato público

Para denunciar e protestar contra a perseguição política contra o professor do Campus de Cuité, Lauro Pires Xavier Neto, a ADUFCG, por meio de sua Secretária Adjunta, realizou no dia 20 de outubro, a partir das 17h, um ato público, no Centro

de Convivência.

Do ato público participaram o diretor da ADUFCG, Luciano Mendonça, o diretor da Secretaria Adjunta, João Batista, representantes do DCE-UFCG, docentes, servidores e estudantes daquele Campus.

Durante o ato, a ADUFCG distribuiu uma nota explicando os motivos da iniciativa e revelando à comunidade universitária os motivos e as conseqüência da perseguição política contra o professor e diretor de cultura da ADUFCG, Lauro Pires Xavier.

GT de Política e Formação Sindical debate democratização em Seminário

A Conjuntura política latino-americana e os movimentos sociais e a democratização no continente foram os principais temas do XVI Ciclo de Debates em Economia e do 2º Seminário sobre Conjuntura Política Latino-Americana, realizado nos dias 16 e 17/11, no Centro de Extensão José Farias Nóbrega, no Campus da UFCG, em Campina Grande.

O evento foi organizado pela Associação dos Docentes da UFCG – ADUFCG, por meio do seu Grupo de Trabalho Política e Formação Sindical, pelo Programa Educação Tutorial – Pet Economia da UFCG e pelo Grupo de Estudos sobre a América Latina – GEAL.

Os organizadores justificaram a realização dos eventos pela ocorrência de um conjunto de mudanças na América Latina, entre eles a ascensão de diferentes governos com uma retórica “pós-neoliberal” no marco das democracias liberais, constituindo um novo desafio para os movimentos sociais que lutam por uma maior democratização no continente.

Diante deste quadro, os organizadores também levantaram vários questionamentos discutidos durante o Ciclo de Debates e o Seminário como: quais são os limites para a transformação social nos regimes políticos democráticos dos capitalismo periféricos?; É possível pensar em um “novo desenvolvimentismo” para Brasil e América Latina?; Estamos frente a uma “ilusão neo-desenvolvimentista” em nome do socialismo do século vinte e um ou do socialismo



Fotos: Fred Oliveira

Participantes mantiveram contato com várias reflexões sobre a América Latina.

comunitário na Venezuela e na Bolívia? e como a América Latina é afetada pela crise capitalista mundial?

A programação foi iniciada no dia 16/11, às 19h, com a realização da mesa redonda: “Movimentos Sociais e a Democratização na América Latina”, com a participação de Sebastião Vargas (História - Universidade Federal do Rio Grande do Norte -UFRN) e Gonzalo Rojas (Ciência Política - UFCG).

No dia 17/11, a programação começou às 9h, com a realização da mesa redonda: Brasil no “Novo” Cenário Internacional: Neo-Desenvolvimentismo, Sub-Imperialismo ou Semi-Colonial”, com a participação de Renato Kilpp (Grupo de Estudos sobre a América

Latina - GEAL/ Economia -UFCG); Daniel Antiquera (Relações Internacionais – Universidade Federal da Paraíba-UFPB) e José Jonas Duarte (História - UFPB), com a coordenação por Aline Amaral Leal - PET Economia/UFCG. No mesmo dia, Dilei Aparecida (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -MST) complementou a mesa redonda do dia anterior, quando não teve condições de participar.

O encerramento dos eventos aconteceu numa conferência do professor Gabriel Vitullo (Ciência Política - UFRN), sobre “A Crise das Democracias Liberais e as Lutas Sociais na América Latina”, também no dia 17, a partir das 19h.

8

ADUFCG participa do 5º Encontro Intersectorial

O presidente da ADUFCG, Amauri Fragoço e o secretário geral, Gonzalo Rojas, representaram a entidade no 5º Encontro Intersectorial da entidade, realizado em Brasília (DF), no período de 21 a 23/10. O evento registrou a participação de 53 seções sindicais. A abertura foi realizada pela presidente do ANDES-SN, Marina Barbosa, afirmando que “O grande desafio que temos hoje é nos aproximarmos da nossa categoria, é saber dialogar com os novos docentes que chegam às universidades, e conseguir mobilizá-los para a defesa da educação pública e de melhores condições de trabalho”.

Pressão do ANDES-SN faz MTE reverter ato

O processo de mobilização articulado pelo ANDES-SN no último período surtiu efeito e culminou na retirada da obstrução para o Sindicato Nacional atuar nas instituições federais de ensino superior no Estado de Santa Catarina. O anúncio foi feito oficialmente pelo ministro Carlos Lupi aos representantes da diretoria do ANDES-SN, durante audiência na tarde desta quarta-feira (10/11). A retirada foi a principal reivindicação levada ao ministro pelas quase 2 mil pessoas que participaram do Ato Público em Defesa da Autonomia Sindical, promovido pelo ANDES-SN, no dia 21/10.

Hora da Poesia e da Prosa na entidade

A Diretoria da ADUFCG continua apoiando a realização da Hora da Poesia e da Hora da Prosa. No mês de outubro, no dia 20, o poeta homenageado foi o gaúcho Mário Quintana. A Hora Prosa lançou dois livros de docentes. O primeiro foi **Os Abismos do Ser** – Edições Galo Branco – RJ - 2009. Volume 14 da Coleção Ensaio Gilberto Mendonça Telles, de autoria do professor José Mário da Silva. O segundo foi **Permanências e transformações do pequeno comércio da cidade: as bodegas e a sua dinâmica sócio-espacial em Campina Grande**, do professor Lincon da Silva Diniz

Capex corta pela metade bolsa de doutorado e precariza capacitação

Ser docente de uma instituição Federal de Ensino Superior e fazer pós-graduação com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes é um direito cada vez mais difícil de ser exercido. Desde o último dia 1º de julho, a instituição mudou o funcionamento do Programa de Formação Prodoutoral, por meio da Portaria 140. A determinação limita as bolsas de doutoramento em, no máximo, 24 meses o que traz enormes prejuízos aos professores, acentua a precarização das condições de qualificação e ataca a autonomia das universidades.

Durante décadas, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFESs) qualificaram seus docentes em programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) por meio do Plano Institucional de Capacitação Docente (PICD), posteriormente incorporando técnico-administrativos nessa política (PICDT). As bolsas de doutorado eram de 48 meses e propiciavam condições razoáveis para o desenvolvimento das pesquisas.

Desde 2008, entretanto, por meio da Portaria 112, de 08/08/2008, a CAPES instituiu um substitutivo ao PICDT, o Programa de

Formação Prodoutoral, recentemente modificado em seu regulamento pela Portaria 140, de 01/07/2010. Esse programa supõe e exige que cada IFES elabore um Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes (Planfor). Um olhar mais atento permite perceber que se trata de uma precarização da política de qualificação e uma afronta à autonomia universitária.

Segundo a Professora Jorgetânia da Silva Ferreira, Diretora de Formação Sindical da seção sindical do ANDES-SN, ADUFU-SS, em texto encaminhado à Coordenação do setor das IFES do Sindicato Nacional, a mudança teria o objetivo de “um melhor controle da gestão dos recursos públicos para a formação e para a qualificação de quadros das Ifes [sic] de origem” (Portaria 140, artigo 5º, inciso VI), mas encobre corte de investimentos. As bolsas destinadas aos doutorandos são agora de apenas 18 meses, aos quais poderão ser acrescentados até mais 6 meses no último ano do curso, a fim de que haja a conclusão da tese.

Diante deste quadro, surgem questionamentos inevitáveis que ainda não foram respondidos pela Capes e pelo

Ministério da Educação:

1) Quem arcará com os gastos dos doutorandos durante os 24 ou 30 meses em que não haverá bolsas para eles?

2) Nas situações em que o doutorando tiver que retornar à cidade de origem, como ficarão os experimentos e pesquisas de campo que exigem sua permanência nas localidades da instituição de destino ou em que sua pesquisa é desenvolvida?

3) A ingerência da CAPES nos Planfor e na definição de metas e áreas estratégicas sugere que a qualificação docente só interessa à pós-graduação e, ainda assim, com o viés que hoje prevalece nesse órgão.

4) A Portaria fala em 500 quilômetros para a distância mínima para o docente conseguir bolsa. Os gastos para quem realizar seu doutoramento em distância inferior a isso são menores?

5) A Portaria prevê a concessão de duas passagens e cinco diárias, a cada mobilidade, para o professor orientador acompanhar as atividades do bolsista. Que interesse o orientador terá em se deslocar à localidade de origem do orientando, se, em geral, sua pesquisa se realizará em outras localidades?

PRESTAÇÃO DE CONTAS OUTUBRO/2010

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MÊS DE OUTUBRO/2010

ITEM DESPESAS PESSOAL

FUNCIONARIOS SEDE ADMINISTRATIVA	
SALARIOS ORDENADOS E FÉRIAS	7.054,78
INSS	1.915,40
FGTS	466,46
PIS	66,30
VALE TRANSPORTE	864,00
	10.366,94

DESPESAS COM SEDE SOCIAL

LIMPEZA DA PISCINA	250,00
LUZ	293,45
DESPESAS C/MATERIAL PARA PISCINA	249,00
AGUA	37,24
SALARIO FUNCIONARIO SEDE	766,80
MATERIAL CONSUMO PARA SEDE SOCIAL	15,50
	1611,99

APOIO

SERVIÇOS DE JARDINAGEM SEDE ADMINISTRAT	60,00
SERVIÇOS PRESTADOS DE SEGURANÇA ELETRO	110,00
SERVIÇOS PRESTADOS DE ADVOCACIA	1059,36
SERVIÇOS PRESTADOS DE CONTABILIDADE	765,00
	1994,36

IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

ASSESSORIA DE IMPRENSA(honorários)	1425,05
DESPESAS COM BOLETIM INFORMATIVO	1500,00
DESPESAS DE CARRO SOM	315,00
CARTAZ BANER FAIXA E PANFLETOS	1160,00
	4400,05

INFRAESTRUTURA

LUZ	200,47
DESPESAS COM CORREIOS E TELEGRAFOS	155,10
DESPESAS COM CARTORIO E XEROX	27,50
AGUA	115,45
DESPESAS COM MANUTENÇÃO	100,00
TELEFONE VIVO	708,05

INTERNET VIVO	3973,69
DESPESAS DIVERSAS	1849,00
MATERIAL DE COPA	173,00
DVD	301,78
GAS	70,00
TELEFONE OI	317,99
	7992,03

FINANCEIRAS

DESPESAS BANCARIAS	43,50
	43,50

REPASSES ESTATUTARIOS

ANDES	7426,08
FUNDO DE SOLIDARIEDADE	297,00
FUNDO DE GREVE	4125,61
FUNDO DE MOBILIZAÇÃO DA ANDES	169,25
	12017,94

DESPESAS C/ CONGRESSOS E SEMINARIOS

HOSPEDAGEM	2165,50
PASSAGEM AEREA	2671,76
PASSAGENS DE ONIBUS E TAXI	1130,00
DIARIAS	1103,00
	7070,26

DESPESAS C/ EVENTOS

CONFRATERNIZAÇÃO E CAFÉ DA MANHÃ DO DIA DO PROFESSOR, CARREIRA E CAMINHADA DOCENTE E OUTROS	14.219,79
	14.219,79

TOTAL DAS DESPESAS REALIZADAS

	59.716,86
--	-----------

RECEITAS

CONSIGNAÇÃO	41672,40
EMPRESTIMO PERIODO DE GREVE	20000,00
SALDO MÊS ANTERIOR	18013,59
RESSARCIMENTO VIVO	1849,00
	81534,99

SALDO PARA O MÊS SEGUINTE

	21818,13
--	----------

Greve dos trabalhadores da justiça

O Tribunal de Justiça da Paraíba rejeitou todos mandados de segurança impetrados por várias associações e sindicatos dos seus servidores, contra o ato da presidência do TJ, que determinou o corte de 15 dias de salário dos trabalhadores que paralisaram suas atividades nos meses de junho e julho. A sentença do Tribunal foi divulgada no último dia 17 de novembro. As entidades dos trabalhadores alegam que o ato do presidente do Tribunal, Luiz Silvio Ramalho Júnior, está sendo encarada como uma agressiva retaliação, já que os oficiais de justiça estão compensando os dias parados com o cumprimento de mandados judiciais.

Servidores de Bayeux se filiam à CSP

Servidores municipais de Bayeux/PB decidiram, em Assembleia Geral realizada na última sexta-feira, 26/11, no auditório da Escola Estadual Irineu Pinto, por ampla maioria (com apenas um voto contrário), se filiar a CSP Conlutas - Central Sindical e Popular -. O sindicato se desfiliou da CUT em abril passado, durante seu II Congresso, por entender que esta Central não representa mais os interesses da classe trabalhadora. Posteriormente, o Conselho de Representantes do Sindicato, decidiu que o SINTRAMB deveria aprofundar o conhecimento entre as centrais sindicais fora do campo governista no plano federal.

Protesto de docentes no IFPB

Dezenas de professores realizaram na manhã do dia 24/11, uma manifestação nas dependências do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), em João Pessoa, com o objetivo de mobilizar e alertar os docentes a sobre a luta pela Progressão Funcional. De acordo com o professor Arilde Franco Alves, em virtude dos vários concursos para professores do quadro permanente que ocorreram após a reestruturação da carreira docente, muitos teriam direito a progressão mas, isso não está acontecendo. Assim docentes estariam deixando de receber mensalmente de R\$ 1 mil a R\$ 700.

Movimento docente e consciência negra

8

Mais uma vez neste mês de novembro de 2010 a sociedade brasileira é convidada a refletir sobre o legado da experiência e da história da população negra para a nossa identidade política e cultural enquanto povo e nação. Como se sabe, o Brasil é um país que historicamente foi erguido, literalmente, em costas negras, em função de um intenso processo de importação de mais de cinco milhões de homens e mulheres que foram retirados brutalmente de suas regiões de origem no continente africano e aqui transformados em escravos entre os séculos XVI e XIX. Da exploração de seu trabalho dependeu a produção das riquezas dos canaviais, minas, fazendas de gado, algodoais, cafezais, sítios, serviços e produção artesanal e manufatureira da nascente indústria das cidades brasileiras do período, riquezas estas apropriadas privadamente pelos seus algozes. Além da força muscular os africanos e seus descendentes trouxeram consigo hábitos, costumes e valores que foram fundamentais para forjar uma cultura de resistência a exploração perante seus senhores e prepostos, traço este que deixou marcas profundas na nossa maneira de ser e estar no mundo. Esta tradição de luta e rebeldia tecida ao longo do tempo foi fundamental para por fim ao regime escravista, formalmente extinto em 13 de maio de 1888. Contudo, as novas classes

dominantes e o Estado conseguiram barrar qualquer possibilidade de mudança que implicasse a melhoria das condições de vida e a incorporação dos ex-escravos como cidadãos na recém implantada República brasileira. Este processo se plasmou concretamente na construção ao longo do século XX de uma ordem social capitalista dependente que recriou formas de discriminação e racismo cuja ideologia desde então tem servido para justificar as novas formas de exploração e opressão que recaem com mais vigor entre as populações descendentes dos antigos escravos.

É contra esta herança perversa que os modernos movimentos negros vem travando uma batalha sem trégua para fazer valer seus direitos a uma vida melhor para as populações afro-descendente, tanto no plano material como imaterial. Nesse contexto de primeira década do novo milênio se destaca a luta pela implantação de um projeto de ações afirmativas, uma forma do Estado e da sociedade brasileira reparar parte da dívida humana impagável perante os negros brasileiros, no campo das políticas sociais de saúde, educação, cultura, segurança, agrária, urbana, etc.

O movimento docente, um dos principais protagonistas nos embates atuais contra os efeitos nefastos das políticas neoliberais em

vigor no Brasil, reafirma a sua solidariedade com a luta do movimento negro consequente que não se curvou ou se deixou cooptar pelas benesses do governo Lula e seus aliados locais. Tanto é assim, que em seu último Congresso realizado em janeiro deste ano na cidade de Belém-PA o ANDES/SN aprovou o apoio às políticas de ações afirmativas, inclusive as cotas sociais e raciais para ingresso e permanência de estudantes negros e pobres na universidade. Nesse sentido, é preciso que estas bandeiras não se tornem letras mortas também em nossas instâncias de poder e sejam efetivadas em âmbito local e nacional, isto num Estado/ Nação que tem mais da metade de sua população constituída de pretos e pardos. Por tudo isso é que neste 20 de novembro gostaríamos de evocar a figura de Zumbi dos Palmares, mas também de Ganga Zumba, Luiza Mahin, Luiz Gama, João Cândido, Tia Ciata, Solano Trindade, Carolina Maria de Jesus, Garrincha, Lima Barreto, João Pedro Teixeira, Clóvis Moura, Pixinguinha, Clementina de Jesus, Milton Santos e tantos outros homens e mulheres cujos exemplos continuam a lembrar a cada dia de nossas vidas a necessidade da luta, tanto ontem como hoje, pela criação de uma sociedade solidária e libertária, em que todas as formas de exploração, opressão e racismo sejam definitivamente varridas da face da terra.

ADUFCG reivindica e garante férias apenas nos meses de fevereiro e julho

Os docentes da UFCG poderão gozar 15 dias de férias em julho, bastando para isso comunicar antecipadamente ao coordenador administrativo de suas unidades acadêmicas. A garantia deste direito foi resultado de questionamentos realizados pela Diretoria da ADUFCG, durante numa audiência com o reitor da universidade, Thompson Mariz e numa reunião com o pró-reitor de ensino, Vicemário Simões.

Durante a audiência com o reitor, realizada no dia 05/11, os diretores apresentaram as reclamações dos filiados que o calendário de 2011, divulgado pela Pró-Reitoria de Ensino,

prejudicará a segunda etapa das suas férias, pois cinco dias estão programados para um período paralelo com ao tradicional recesso natalino, de 26 a 30 de dezembro, ao invés de 15 dias em julho.

O reitor recebeu as reivindicações da ADUFCG e afirmou que não enxergava nenhum problema na proposta da entidade para a segunda etapa das férias acontecesse apenas em julho. Ele orientou a diretoria do Sindicato a conversar com o pró-reitor de ensino, Vicemário Simões.

O presidente da ADUFCG, Amauri Fragoço, reuniu-se com o pró-reitor e este lhe

informou que o calendário de férias 2011 coincidiria com o recesso escolar natalino para não prejudicar as matrículas dos alunos. Depois da explicação, Amauri alegou que a matrícula era responsabilidade dos coordenadores administrativos e não dos demais docentes.

Diante da argumentação, o pró-reitor de ensino, Vicemário Simões, concordou que todos os docentes da instituição que quiserem optar por 15 dias de férias em julho utilizarão este direito comunicando antecipadamente sua escolha ao coordenador administrativo de sua unidade acadêmica.

Tribunal Federal assegura pagamento de 1/3 de férias para afastados

Os servidores que tiveram cortados pela UFCG o pagamento de 1/3 de férias por estarem afastados da instituição para a realização de cursos de pós-graduação receberão os benefícios cortados. A determinação é do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, do Recife, que acatou uma ação movida pela Assessoria Jurídica da ADUFCG contra a iniciativa da Universidade.

A decisão de obrigar a UFCG a pagar o benefício aos docentes afastados foi tomada por unanimidade da 1ª turma do Tribunal, seguindo o parecer do relator, o desembargador José Maria de Oliveira Lucena. Ele baseou-se nos artigos 76 e 77 da Lei 8.112/90, que assegura aos servidores públicos civis o direito ao gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas do adicional de 1/3 (um terço) da remuneração, bem como o direito à licença para capacitação e ao afastamento para estudo no exterior (arts. 87 e 95). Ele também citou na sua decisão, o direito constitucional de férias de todo trabalhador.

No seu parecer, o desembargador também citou o art. 102, incisos iv e vii, da Lei 8.112/



90, que também estabelece que devem ser considerados como tempo de efetivo exercício, os afastamentos em virtude de licença para participação em programa de treinamento regularmente instituído e para estudo no exterior.

A decisão também ressalta que é devido o adicional de férias aos professores universitários que estejam licenciados para curso de aperfeiçoamento em instituição nacional ou estrangeira conforme precedentes jurisprudenciais daquela corte. Não é a primeira vez que a ADUFCG é obrigada a recorrer a justiça para garantir o direito dos docentes nesta questão, pois a UFCG já prejudicou outros docentes.

Docente de Sousa ameaçado de morte

O professor do Curso de Direito do Campus de Sousa, Cleanto Beltrão de Farias, está denunciando por meio da ADUFCG, as ameaças de morte e de violência contra ele e sua família, que vem acontecendo desde janeiro deste ano. Segundo ele, o autor das ameaças é o cabo da Polícia Militar da Paraíba, lotado no 6º Batalhão de Polícia, em Cajazeiras, Israel Leite Alves.

Cleanto explica que o militar vem realizando as ameaças pelo fato do docente ter denunciado à Prefeitura de Cajazeiras e ao Ministério Público uma construção irregular. A iniciativa resultou numa ação de demolição, tendo como réu Israel Leite Alves. O docente da UFCG revela que já formalizou a denúncia da situação ao comando do 6º Batalhão e prestou queixa na Polícia Civil, mas nenhuma providência foi adotada, razão pela qual vem apelando para a solidariedade da ADUFCG. O Colegiado Pleno do Conselho Universitário aprovou no dia 30/11, por iniciativa da ADUFCG, uma moção de apoio e solidariedade ao professor.

ADUFCG

Rua Aprígio Veloso, 882 - Bodocongó - Campina Grande/PB

Tel.: (83) 3333 1032

Na internet: www.adufcg.org.br

Diretor Presidente: Amauri Fragoço de Medeiros (UAF)

Diretor Secretário: Gonzalo Adrián Rojas (UACS)

Diretor Tesoureiro: Manoel Cordero de Barros - (CCT - aposentado)

Diretor Social: Antônio Berto Machado (CH/UAE)

Gestão 2009-2011

ADUFCG - AUTÔNOMA E
DEMOCRÁTICA.

Diretor Cultural: Lauro Pires Xavier Neto (UAE - Cuité)

Diretor para assuntos dos aposentados: Luciana da Gama Fernandes Vieira (CCT/UAE/MA)

1º Suplente: Luciano Mendonça de Lima (CH/UAHG)

2º Suplente: Jânio Luduvis Alves de Medeiros (CH/UAE)

EXPEDIENTE

Jornalista Responsável
Fred Oliveira - Mtb 965/PB

Projeto Gráfico:
Audenir F. Santos
(83) 9307.4287